

A penetração dos colonos e as suas missões em África

Manuel Ialá¹



RESUMO

O trabalho consiste em estudar o processo da colonização política e identificar as principais causas das explorações portuguesas das margens da costa da Guiné ao interior da África. O artigo traz à tona o conceito da palavra “África” e fala das três grandes divisões do continente africano: a divisão feita a partir do deserto de Saara; em termos dos aspectos geográficos e demográficos e a partilha africana. O gênero tenta, na possível forma, discutir os estereótipos que ao longo dos séculos foram construídos pelos interesses coloniais para caracterizar os negros. Nessa construção do Outro, foram criadas dicotomias: Civilizados *versus* bárbaros; domesticados *versus* selvagens, etc. Assim, o africano e a África foram concebidos como selvagens, bárbaros, atrasados na concepção colonial. Apesar de todos esforços empreendidos para desconstruir essa projeção do Outro, até hoje, a tal construção negativa continua a persistir e a reproduzir na grande maioria da massa. Para entendermos esse processo, estudamos as aventuras marítimas, o processo de colonização, os impactos negativos das práticas coloniais, as resistências dos nativos, a relação entre colonização e direitos humanos. O trabalho é fundamentado através da abordagem-metodológica qualitativa e aplicando a pesquisa com o procedimento bibliográfico. Portanto, os interesses econômicos associados aos preconceitos e construção do Outro moveram o espírito cruel do europeu colonizador contra a Humanidade. Na decorrência disto, o mundo assistiu a exploração e a escravização da África e os africanos.

Palavras-chave: Colonização; África; Descolonização.

¹ Graduando em Administração Pública pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB – CE). E-mail: ialaemanu15@aluno.unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido está inserido no âmbito histórico da colonização política-mental e a exploração portuguesa das margens de Golfo da Guiné ao interior da África. Este artigo traz uns dos polémicos temas que têm merecidos os grandes debates nas Universidades e em diversos espaços académicos. O mesmo, pode interessar, principalmente, os que sonham em conhecer e compreender o passado da “África portuguesa” durante o período da colonização. Visto que, traz uma breve exposição do desenrolar daquilo que tem sido a história do período da invasão europeia na África e problematiza a panorâmica (o começo, o desenrolar e o fim) da escravatura na África, i.e., o comércio negreiro que dá-se nas águas dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, ou seja, de África para Ásia, Américas e Europa, que era denominado de “comércio triangular”.

Outrossim, a incumbência de Portugal *canibalizado* e *cafrilizado*, como demonstra Boaventura Sousa Santos (2002), que tinha na altura a qualidade de vida mais baixa na Europa e com a alta taxa de analfabetismo em conduzir a suposta “missão de civilização” aos africanos, merece destaque neste artigo. Além do mais, o artigo coloca a questão da desigualdade racial arquitetada pelos colonialistas, que teve o seu maior auge nos territórios da África do Sul, que vinha a ser chamada de *apartheid* e finalmente descreve em suma o processo de descolonização das colônias lusitanas em África.

Quanto à estrutura, importa salientar que na primeira parte foi abordado o processo de colonização portuguesa em África, em seguida apresenta-se a etimologia da África e a sua composição, segue-se a ilusória civilização como meio de dominação. Após desse, faz-se uma breve ilustração da ambivalência comercial escravagista negreira, depois atravessa-se a segregação racial na África, seguida pela abordagem da exploração da mão-de-obra e más condições de trabalho. Caminham-se aos direitos humanos encarcerados seguido da sintetização do processo da descolonização nos PALOP² e, finalmente, apresentamos as nossas considerações finais e Referências Bibliográficas.

Como já informamos no resumo, o trabalho visa estudar o processo da colonização e identificar as principais causas das explorações portuguesas das margens da Guiné ao interior da África, como também, saber das finalidades dos recursos humanos, naturais e económicos extraídos da África. Vê-se que, as explorações causaram entre várias consequências, a miséria e a devastação dos recursos no continente. Na reflexão dessa ruína africana nos remete a tentar procurar junto de alguns autores as razões dessa tragédia que ocorreu no continente ao longo dos séculos.

Para entendermos este processo, como foi colocado na síntese deste artigo, estudamos as aventuras marítimas, o processo de colonização, os impactos das práticas coloniais as resistências dos nativos, a relação entre colonização, a visão holística sobre a pessoa negra e direitos humanos. O trabalho é fundamentado através da abordagem-metodológica qualitativa e

² Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa

aplicando a pesquisa com o procedimento bibliográfico. Para harmonização desses dados, baseamos nas revistas acadêmicas e sites oficiais e adequados, permitindo levantar os dados necessários que nos servem de suporte fundamental para o embasamento deste trabalho, tais como: os artigos, dissertações, livros, monografias e teses. Trazendo alguns autores citados neste artigo, caso de Amílcar Lopes Cabral (1978), que vem descrevendo o desenrolar do processo de colonização na África, principalmente nos PALOP; Frantz Fanon (2008) demonstra o que é ser negro no mundo, em particular na Europa; M'bunde (2018) fala do processo da luta armada pela emancipação da Guiné e Cabo Verde; Antônio Carlos Matias da Silva (2018) narra o processo de libertação de Angola; Jonildo Bacelar (2019) nos explica como São Tomé e Príncipe se emancipou e José Luís Oliveira Cabaço (2017) aborda o processo de libertação de Moçambique.

II. O Processo de Colonização Portuguesa em África

Antes do mais, importa expor o conceito da colonização que não passa de invasão/dominação dos estrangeiros enviados ou vindos duma dada Região à outra, subjugando o povo local pelo seu interesse (Dicionário enciclopédico online-Infopédia, 2020). Entretanto, os escritos de Madalena Sampaio (2013), apontam que os portugueses teriam descido nas margens da África Setentrional, em Ceuta³ no ano 1415, o pequeno território que faz fronteira com o Mar Mediterrâneo. Seria a primeira viagem registrada e que marca o início da expansão portuguesa. Para a mesma autora, Sampaio (2013), nesse momento, o principal interesse dos navegadores era encontrar as trilhas às Índias, enquanto faziam comércio dos seus produtos com o povo local. Os portugueses foram os primeiros a atingir o território africano, não só pela sua alta tecnologia marítima da época, tal qual a sua fragilidade econômica justificava, seguidos dos espanhóis.

Os lusos continuavam as suas grandes navegações marítimas, posteriormente, devido ao surgimento do sistema econômico social no século XV, conhecido por capitalista, que vigorava na Europa na altura, sobretudo na Europa ocidental, que visava acumular os bens nas mãos dos monarcas. Para valer essa segunda intenção, os nautas permutaram a velha ideia por interesses exploratórios no continente e viraram anjos das trevas aos seus clientes. Para isso, as suas caravanas seguiram para a costa ocidental da África (do ocidente europeu para ocidente africano), depois do desembarque em alguns territórios

³ Ceuta – o Mar Mediterrâneo que o separa da Espanha e que vinha a ser dominado pela Espanha.

como Senegal⁴, Gambia⁵ e outros, teriam chegados no território da Guiné⁶ (Guiné-Bissau) em 1446.

Segundo Padre Salvatore Cammilleri (2010), a chegada dos navegadores portugueses nesse território que alguns navegadores chamavam de “*Étiopes Ocidentais*” para designar os nativos que se encontravam no território da costa do Senegal à Serra Leoa⁷. Mas, antes dessa designação, os Árabes já chamavam esse território de “*Guinahua*”. E aos habitantes de “*Guinawuen*” que designava as pessoas negras que habitavam na zona ocidental de rio Senegal até ao rio Níger - o território que incluía o ‘*Étiopes Ocidentais*’. Ainda Cammilleri (2010), depois do navegador português D. Henrique tomar conhecimento que o território já tinha sido designado, decidiu substituir o nome “*Étiopes Ocidentais*”, que já vigorava quase em toda Europa, por “Guiné” (que referia o território) e “Guinéus” (aos habitantes negros dessa região) em todos os documentos oficiais que circulavam entre essa região e Europa.

Os navios portugueses continuavam flutuando nos oceanos. De acordo com a pesquisadora brasileira Ana Luíza Mello Santiago de Andrade⁸, os visitantes com interesses obscuros atracaram os seus navios nas ilhas de Cabo Verde em 1460, dez anos depois em São Tomé e Príncipe. A rota continuava, logo, em 1482 chegaram no território angolano, finalmente, para contornar os territórios que hoje são chamados de PALOP - Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, desembarcaram em Moçambique entre 1497 a 1499 mediante as suas “aventuras marítimas” conhecidas por “descobertas” das novas terras.

A chegada dos colonos nas terras das Áfricas no início ao final do séc. XV, decorre a enganosa descoberta coberta, i.e., a infundada teoria da descoberta, à luz da interpretação, ou seja, pelo conceitual deste vocábulo, significaria achar o que não tinha sido achado/descoberto. A verdade é que, essas terras foram descobertas pelos navegadores europeus, visto que, nunca haviam chegados nesses territórios, ou melhor, estavam chegando e descobrindo essas terras pela primeira vez, enquanto faziam viagens, logo, essa descoberta seria “interna” – para eles. Senão, pode-se perguntar como descobrir as terras onde viviam pessoas a séculos?!

Essa “descoberta” tinha como principais eixos de interesses: económicos, culturais e religiosos. Ou seja, os interesses dos eurocêntricos nessa altura, para não dizer até agora, em África, não passa duma mera exploração dos recursos humanos e naturais como alguns autores explicam, que os principais interesses dos portugueses “estavam [...] em ouro e escravos, embora estivessem

⁴ República do Senegal (ex-colónia francesa), país que faz fronteiras com a República da Guiné-Bissau na Leste. Com mais de 12 milhões dos habitantes, território próximo de 200mil km² e a capital é Dakar.

⁵ *Repuclic of the Gambia* (ex-colónia inglesa), pequeno território cercado de território senegalês na parte continental, com área de 11.300km², a população é de aproximadamente de 36mil habitantes e a capital é Banjul.

⁶ Oficialmente a República da Guiné-Bissau (ex-colónia portuguesa), com 36.125km², população perto de 2 milhões e a capital é Bissau.

⁷ República de Serra Leoa (ex-colónia inglesa), com área de 71.740km², população mais de 3,5 milhões de habitantes.

⁸ Informação obtida no artigo cujo título **colonização portuguesa**, publicado na revista InfoEscola. Disponível em <encurtador.com.br/bmzAI>. Acesso no dia 23 de abril de 2019.

dispostos a comercializar pimenta, marfim e outros produtos” (LOVEJOY, 2002, p. 14). A invasão ainda possuía outras missões principais, “[...] Portugal declarou a sua missão como sendo a de levar a ‘civilização’ e a ‘salvação’ aos ‘oprimidos’ e ‘gentios’ (pela evangelização)” (MENDY 1993 apud SIA, 2017). Na mesma ideia, Cabral (1978) sintetiza os interesses portugueses na “Civilização e na Cristandade”.

III. Etimologia da África e a sua composição

Concernente ao conceito da palavra África, o termo pode ser um dos mais conceituados e interpretados de maneiras diferentes, assim, “[...] pelos Gregos o continente africano era chamado ‘*Líbia*’, pelos romanos era chamado ‘*província Africae*’, devido talvez à influência de um grupo judaico oriental que se considerava de ‘*Afer*’, um dos descendentes de *Cam*, filho de Noé” (CAMMILLERI, 2010, p. 20).

Em torno dessa tentativa conceitual deste termo, alguns acreditam que teve a origem grega - *Aphros*, que significa espuma do mar, ainda em grego de “*Aphriké*” - nome dado pelos gregos aos primeiros povos africanos, ao passo que para os árabes de “*Ifrikia*” (sem frio – devido ao clima), muitos acreditam que a sua origem é duma raça nativa africana (os *Afri*), assim “*África*” seria o feminino de “*Africus*” que significaria “terra dos *Afri*” e *Afer* singular de *Afri*, que provavelmente seria a designação dos descendentes de Cuxe (um dos filhos de Cam) nesse território (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2019).

É importante frisar que a África é muito mais além do que um país, do que uma selva, do que um vale ou deserto como se ouve, às vezes, algumas pessoas que a desconhecem a confundi-la com um país ou o “abismo”. Seria isso que o filósofo africano congolês, Valentin Mudimbe (1988), cit. Filho et al (2018, p. 81), defende “que o conhecimento sobre o continente [africano] seria um conhecimento estritamente controlado por procedimentos específicos elaborados pelos europeus”. O continente é o terceiro maior do mundo com 54 PAÍSES, praticamente três vezes maior que Europa.

Entretanto, Coriline Faria⁹ fala da divisão da África feita a partir do deserto de Saara, considerando zona sul como África subsaariana, ou simplesmente África por sul do deserto de Saara que representa a maior parte do continente e por zona norte do continente designada de África do Norte, ou África por zona norte do deserto de Saara, na qual se encontram só e apenas cinco países, Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia.

Segue a mesma autora mostrando que, além dessa divisão, a África é dividida em cinco regiões de acordo com geografia e demografia, que são: a “África Oriental, África Ocidental, África Setentrional, África Central e África Meridional” (FARIA, 2019). Ainda na análise de Faria (2019), a África sofreu

⁹ Caroline Faria.

Informação coletada na revista InfoEscola. O título de artigo é “**Organização das Nações Unidas (ONU)**”, disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/africa/>>. Acesso no dia 30/04/2019.

duma outra divisão mais absurda que os colonos faziam numa forma abusiva e bagunçada nos territórios ocupados nos séculos das explorações, que resultava nos confrontos entre os colonos, visto que, cada um queria possuir mais territórios, para render mais lucros.

Em função disso, foi realizada uma conferência internacional na capital alemã (Berlim) em 1884 a 1885, na qual participavam 15 países. Dentre esses participantes, estavam os Estados Unidos e Império Otomano - atual Turquia, os dois mencionados não ocupavam nenhum dos territórios disputados nesse continente, embora com devidos interesses, os demais são países europeus que já ocupavam algumas áreas. Na reunião, foram discutidas várias questões importantes, mas talvez a mais importante fosse de dirimir os conflitos entre os colonos pela posse dos territórios no continente em disputa e, de igual modo, “fatiá-lo” numa forma “justa”, a fim de todos os interessados conseguissem algumas partes desse “bolo” (FARIA, 2019).

Nisso, cada um apresentava os seus interesses sobre os territórios já ocupados desde século XV, tentando justificar para não os perder. A partir de então, intensificou mais a exploração por parte dos colonos. Segundo Miriam Ilza Santana¹⁰, essa absurda parcela da África, foi feita desrespeitando as organizações sociais e culturais desses territórios, “a África foi retaliada de acordo com os interesses e benfeitorias dos europeus, [etnias] aliadas foram separadas e inimigas unidas. É por este motivo que [...] ocorrem tantas guerras civis [em algumas regiões desse continente]” (SANTANA, 2019).

IV. A Ilusória civilização como meio de dominação

Na observação de Isna Gabriel Sia (2017), a África tinha tudo que os europeus exigiam dela, nomeadamente: as civilizações, as organizações sociais, as religiões e as culturas. Sobretudo no Gana, Mali, Egito, Nigéria (que eram umas das grandes potências na altura, não só em África, como também no mundo) e outras regiões. Os africanos já haviam vivenciado a civilização há tempo antes dos europeus terem chegado a esse continente. Contudo, para os imperialistas, África não poderia ser considerada civilizada, sendo africanos *canibais*, a não ser através deles, pois, os africanos são “inúteis” de protagonizar a chamada civilização a eles mesmos, “inversão da pirâmide”. Visto que, essa ideia era aliada a conquista e a ocidentalização da África, com base na expansão capitalista que ocorria (OLIVEIRA, et al, 2016), tinham que ignorar tudo que existia ali, não só por ser diferente deles, mas também seria a forma de implementar as suas políticas sociais e culturais.

A dominação europeia sobre a África durante os cinco séculos foi caracterizada de torturas, das lendas antagônicas, usurpações dos poderes e as devastações dos bens patrimoniais da África. A imagem do homem negro africano tem sido interpretada insultuosamente pelos europeus que chegavam

¹⁰ Miriam Ilza Santana, autora da obra na revista InfoEscola intitulada “conferência de Berlim”. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/conferencia-de-berlim/>>. Acesso no dia 30/04/19.

nesse território. Ao contrário do que se esperava deles, que talvez poderia ser o reconhecimento desse continente por ter sido através dele que, principalmente, Portugal conseguiu crescer industrialmente e culturalmente, como disse Cabral, (1978) “para proteger as indústrias portuguesas periclitantes, os africanos são obrigados a comprar produtos portugueses de segunda categoria a preços elevados e a vender os seus produtos aos colono-comerciantes a preços muito mais baixos [...]” (CABRAL, 1978, p. 60). Isso seria a política mercantilista, ou seja, a política econômica dos Estados modernos europeus, que é a “exclusividade no comércio entre as colônias e as suas metrópoles”.

Com isso, Portugal conseguiu atingir o nível considerável na economia. Entretanto, para segurar o monopólio do seu mercado industrial a nível nacional e internacional, era crucial continuar abastecê-lo ainda mais, não só com os recursos materiais, ou seja, matérias-primas como também as matérias-humanas que eram escassas na Europa. Os portugueses, igualmente os espanhóis, franceses, ingleses e os alemães iniciaram, com maior intensidade, a campanha de devastação em África, nisso, foram a esse continente apreenderam milhões de indivíduos: homens, mulheres, jovens mais robustos e enérgicos, deixaram apenas no continente os mais velhos e as crianças (FILHO e NASCIMENTO, 2018).

Os capturados se encontravam em “condição de mercadoria, comprados e vendidos como animais de tração para servir nas plantações, mineração, criação de gados, nos serviços domésticos e de ganho, em países como Brasil, Cuba, Estados Unidos, Haiti, México e outros [...]” (FILHO e NASCIMENTO, 2018, p. 95). A nova “mercadoria europeia”, de igual modo, serviu da nova “tecnologia” para a maquinação/engenho de cana de açúcar e das diversas tarefas compulsórias não pecuniárias - política da balança comercial favorável do mercantilismo. Além da mão-de-obra que os escravos serviam para as produções, também os comercializavam. Com esse tráfico negreiro, as Américas, a Ásia e a Europa, dedutivamente, Portugal conseguiu encontrar as soluções dos seus problemas culturais, económicos e industriais. Pois, foi atividade mais lucrativa feita no continente africano (FANON, 2008; LOVEJOY, 2002).

A “civilização” sendo uma das principais missões portuguesas para os povos africanos que não é além duma “missão paradoxal”, pois, “esta ‘missão’ é dirigida por um país subdesenvolvido, com um rendimento nacional inferior ao do Gana, por exemplo, e que foi incapaz, até [então] de resolver os seus próprios problemas” (CABRAL, 1978, p. 58). As indagações cabralistas assentavam-se justamente na incumbência e ousadia de Portugal, pois, além de ser um país anão, praticamente mais do que dez vezes menor que Angola, também era um país subdesenvolvido “com 40% de analfabetos e o seu nível de vida é mais baixo da Europa. Se conseguisse ter uma ‘influência civilizadora’ sobre qualquer povo seria uma espécie de milagre”. [Pois, a] “[...] economia, cultura e civilização [eram] atrasadas” (CABRAL, 1978, p. 59). O tipo de país que decidiu pôr nos seus ombros uma gigantesca missão de Civilização a mais de onze milhões dos africanos que estavam sob a sua dominação com a área que correspondia a dois milhões de km² distribuídas pelas colônias portuguesas, que equivalia a 5% do continente (Ibidem, 1978).

Portugal, carregado desse macro, isto é, missão que ultrapassava as suas competências ao povo africano, no seu cumprimento, julgava que “99,7% da população [...] de Angola, Guiné e Moçambique [...] [era] ‘não civilizada’ pelas leis coloniais portuguesas e [apenas] 0,3% [era] considerada ‘assimilada’” (CABRAL, 1978, p. 61). Se fosse atualmente, a população desses três países seria aproximadamente de 61.283.087hab, 99,7% dessa população seria aproximadamente 61.099.238 pessoas consideradas “não civilizadas”, que precisariam passar pelo teste de estabilidade económica e submetidas ao “estatuto de civilização¹¹”. Salientando que, “os portugueses consideravam os cabo-verdianos e os santomenses como crioulos, católicos, [...] ‘civilizados’, que não estavam submetidos ao estatuto de indígenas criado na altura. [...] [que] foi aplicado em Guiné [depois de Angola e Moçambique]” (SIA, 2017, p. 18).

Salientando que, o dito “estatuto de civilização” não foi aplicado nos outros territórios de ocupação portuguesa, nomeadamente em São Tomé e Príncipe e em Cabo-Verde, por serem católicos e falantes da língua crioula, por isso, são considerados “civilizados”. Macau e Timor Leste eram intocáveis, contudo, eram territórios ocupados pelos lusos na altura, pois, eram “civilizados” por natureza (SIA, 2017). Com base nessa ideia preconceituosa, o revolucionário franco-martinicano Frantz Fanon (2008, p. 43) afirma que “o ‘preconceito de cor’ é uma idiotice, uma estupidez que deve ser banida”.

Os dois territórios que eram intocáveis, justamente porque eram os territórios dos “brancos” como eles. O conceito de civilização não é ser “católico”, nem tampouco ser falante dessa ou doutra língua, ainda que seja a mais falada do mundo, que fará ser um “branco”. A não ser que ignoravam o conceito do termo para os seus benefícios, ou então desconheciam por completo do tal, já que eram também *canibalizados*¹² e *cafrilizados*¹³. Com certeza, os

¹¹ O estatuto de civilização – norma, “lei” portuguesa da era da colonização para os africanos. Nesse documento constam os “mandamentos”, ou seja, as regras estabelecidas por colono português que servem de requisitos para ser considerado um(a) “civilizado(a)” e de ser considerado como cidadão português na era de colonização.

¹² Termo dramatizado na peça do poeta e escritor inglês William Shakespeare (s/a). Boaventura Sousa Santos (2002) faz aplicação do termo explicando que, a partir de separação de branco com o preto através da supremacia branca, em que o negro era considerado um *canibal* - selvagem, grosseiro, atrasado, etc. Porém, desde que o branco aceitou relacionar e conviver com aquilo que ele mesmo havia considerado dum *canibal* passou a ser contaminado por esse *canibal*. Para Santos B (2002), quando os portugueses foram à África cruzaram com as africanas (canibais), fizeram mistura mediante as mulheres africanas, muitas práticas e tradições africanas foram sincronizadas com as europeias, inclusive alguns termos das línguas africanas foram inclusos na língua deles e algumas peças culturais foram aceites dentro do padrão da cultura europeia. Entretanto, viraram *canibais* sem que tivessem sabido. Reiterando o passado da Península Ibérica, mostrando que, esse Portugal, já foi alvo de dominação e escravização pelos romanos e posteriormente pelos árabes, provando que eles mesmos já tinham sido *canibalizados* (misturados) com os árabes e os romanos, pois, os romanos e os árabes foram implementar o projeto de civilização a esse povo, i.e., os portugueses e os espanhóis, que faziam parte da península Ibérica, foram subjugados pelos árabes e romanos, conquanto, o povo português não é puro como pensa e demonstra, pois, não foi capaz de preservar a sua identidade. Além de ser uma mistura com os árabes e romanos, também com os próprios africanos que ele mesmo julga ser *canibais*, que incoerência!

¹³ Seria a contaminação dos ditos civilizados com aquele que ele mesmo considera atrasado, bárbaro, selvagem, etc.

portugueses foram vingar em África do que foram alvos pelos árabes no período de expansão/conquista muçulmana à península Ibérica que durou quase 8 séculos, i.e., de 711 a 1492. (SANTOS B, 2002).

Salientando que, segundo Boaventura Sousa Santos (2002), os lusos e os espanhóis são povos ambivalentes a muito tempo, chegaram na África imundos, em 1415, quando ainda estavam sob domínio dos árabes, a versão linguística levada à África era mística e imprópria. Ao chegarem na África possuíram uma outra ambivalência a partir de lá, logo dupla ambivalência. Para que os retrógrados levassem os nativos a um mundo dos “brancos civilizados”, missão meramente paradoxal, teriam que exigir deles o cumprimento obrigatório de alguns “mandamentos” que constavam nesse “estatuto” que ninguém poderia desobedecer: “saber comer à mesa, ser cristão católico, saber vestir-se ao estilo português, comportar-se bem e saber ler e escrever corretamente a língua portuguesa” (SIA, 2017, p.18).

E, ainda, para se alcançar a plena civilização aceitável e ser igual aos brancos “[...] tem que fazer prova de estabilidade económica e gozar de um nível de vida mais elevado do que a maior parte da população de Portugal. [...] Viver à ‘europeia’, pagar impostos, cumprir o serviço militar [...]” (CABRAL, 1978, p. 61). Ora bem, se as mesmas regras fossem aplicadas em Portugal para obtenção de grau de civilização nessa altura, é evidente que mais do que a meia parte da população portuguesa seria considerada incivilizada, pois, não dispunha das condições civilizatórias que exigiam dos africanos principalmente as condições económicas, para isso, ocultam a história deles e pareciam divinos a fim de dominar os africanos. Esse Portugal não passava dum “sepulcro caiado por fora¹⁴”.

V. A Ambivalência comercial escravagista

O processo de comercialização dos escravos da África para o mundo, principalmente, Europa e Américas teria tido a participação das elites africanas de então. O artigo da escritora Érica Turci¹⁵, nos traz o esboço de como esse processo teria ocorrido. Para ela, esse processo de comércio humano começou pelo escambo (troca), no qual os colonos levavam às elites africanas alguns produtos, como: tecidos, vinho, cavalos, ferros (caso de ferros, que eram derretidos e transformados nos materiais de guerra, principalmente as armas de fogo, as espadas entre outros, cavalos serviam de meios de transporte e consequentemente instrumentos de guerra), “com essas mercadorias em mãos, os aliados dos portugueses conseguiam status social e, também, tinham maiores condições de enfrentar povos inimigos e, assim, podiam obter mais escravos para serem negociados com os portugueses” (SANTOS E, 2019).

¹⁴ Provérbio bíblico.

¹⁵ Érica Turci dos Santos, historiadora e Professora de história.

Informações retiradas no blog UOL-melhor conteúdo, no artigo cujo título: **tráfico de escravos – Mercadoria humana atravessa o Atlântico**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/trafico-de-escravos-mercadoria-humana-atraversa-o-atlantico.htm>. Acesso no dia 24 de abril de 2019.

Não é menos imprescindível acentuar que a inferioridade africana teria começado, principalmente, a partir desse momento de escravidão logo anos após a chegada em África, em que os reis portugueses foram plenamente legitimados pelas elites africanas, dando-lhes poderes e direitos de apreender e escravizar eternamente os povos maometanos, pagãos e todo e qualquer preto. Desde então, surgiu o seguinte dizer: a “intervenção divina, de que terra não cristianizada, ou, que pertencia a não cristãos, era terra de ninguém”¹⁶.

Na mesma explicação da Santos (2019), os escravos capturados no interior da África eram obrigados a seguir a pé por vários quilômetros em busca dos portos de tráfico negreiro no Oceano Atlântico, nos quais estacionavam os navios estrangeiros que os levavam para as Américas, Ásia e Europa. O que, muitas vezes, lhes fazia durar dias no caminho acorrentados nas mãos e nos pés, geralmente com os pescoços apertados nas madeiras, ou nos ferros, que os alinhavam numa fila um atrás de outro, alguns sem vestes, alimentos insuficientes, carregavam pesos e por cima de tudo eram seguidos e chicoteados pelos homens armados. Essa selvajaria, com certeza, era a forma de aumentar cansaço e diminuir as suas potências de tornarem rebeldes. Nesta obscura missão, alguns acabavam por não resistir tais torturas, morriam enquanto caminhavam. A relação comercial feita nesses três continentes citados atrás era conhecida de “comércio triangular” por formar um triângulo, que era liderada pelos exploradores da África, que são entre outros: Portugal, Espanha, Inglaterra e França.

Neste comércio, para que cada senhor (“proprietários” dos escravos) conseguisse identificar os seus escravos e diferenciá-los dos outros no mercado, cada um colocava uma certa marca ou sinal nos “seus” escravos, sendo “produto” de primeira necessidade na altura, como caso das argolas grossas nas orelhas, em outras palavras, rasgavam as orelhas dos escravos, ou arrancavam um dos olhos ou dedos, ou ainda colocavam um sinal de ferro quente nas costas, outrora na testa ora em alguma parte do corpo como marca comercial e individual, a fim de dar mais facilidade no comércio escravagista, no qual várias elites e proprietários comercializavam os escravos para as mãos-de-obra (MONGA, 2010).

Segundo este mesmo autor, Célestin Monga (2010), em alguns mercados como o de Roma (Itália) e o de Nova Iorque (EUA), entre outros grandes mercados de comércio humano, os proprietários dos escravos, durante a venda, faziam campanhas de *marketing* como se fosse no mercado de venda dos produtos agrícolas ou dos animais de campo, com o seguinte *slogan* escrito por letras grossas “NEGROS À VENDA”, entre os vendidos sempre estavam as meninas de 12 a 16 anos.

Ao longo dessa desumanização aos negros, que deram poderes ao homem branco, os europeus classificavam os africanos, sobretudo os negros, de maneira depreciativa. Nesta luta à salvaguarda e exaltação de “bom” nome do branco, todo mundo vê e crê na legenda exibida sobre a África e o africano.

¹⁶ Conteúdo da resenha do texto do escrito guineense, Carlos Lopes (1995) sob tema “**A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana feita por Africanos**”. Disponível em: < encurtador.com.br/CLPX3 >. Acesso em: 30/11/2019.

Isso seria uma das formas estratégicas para que pudessem e continuassem roubar o que africano tinha de não lhe fazer acreditar naquilo que ele possuía, nem de reconhecer a sua natureza em si e ao menos a sua capacidade intelectual.

VI. A Segregação racial na África

Durante a presença da Europa na África foi construída a teoria conhecida por teoria da “segregação racial” - desigualdade racial, com a ideologia da supremacia branca e de discriminar os negros, mostrando que a raça branca era a mais “prestigiada” e que sempre deveria estar em cima de todas as outras no mundo, o vulto líder Amílcar Lopes Cabral (1978) percebia essa teoria, por isso afirmou que os negros africanos eram humilhados perante os brancos, pois achavam os africanos, principalmente os de pele escura, inferiores e inúteis.

Entretanto, reiterando a fala da Andrade (2019) que expõe que, a teoria ou regime da segregação racial que teve a sua maior influência na África do Sul, como em toda África subsaariana, e que posteriormente, no século XX, viria a ser chamado de *apartheid*¹⁷ (de 1948 a 1994), que separava o contato social entre a família branca e negra. O regime proibia o casamento e ato sexual entre os negros e as brancas. A teoria intensificou nos territórios sul-africanos a partir do momento em que a Coroa britânica, australiana e canadense assumiram pleno controle e administração do país e, logo, “com aprovação da Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra foi privada do direito ao voto e à propriedade da terra” (PEREIRA, 2008, p. 3). A partir de então, foram implementadas entre várias outras leis segregacionistas, proibição dos negros a se instalarem nas cidades, a mão-de-obra negra foi barateada drasticamente, geralmente sem direito a salário.

Nesta mesma ideia de “distanciamento”, sobretudo sexual, entre essas duas classes raciais, Kabengele Munanga (2009) traz a ideia de Paul Broca (s/a) dizendo que a forma de se branquear só seria possível quando o ato sexual é feito entre um homem branco e uma mulher negra, se for inverso não funciona. “Porque o homem negro tem um pênis excessivo, e a mulher branca uma vagina estreita” (MUNANGA, 2009, p. 39).

Também, os cargos administrativos superiores nos governos e as vagas nos parlamentos não podiam ser ocupados pelos negros, e ainda as terras produtivas, também, não podiam, de jeito nenhum, ser possuídas pelos negros,

¹⁷ Sistema político, decorrido especialmente na África do Sul, em que pessoas de diferentes raças foram separadas (Cambridge *Dictionary* – disponível em: <encurtador.com.br/hqHR5>. Acesso em: 03/02/2020). Este regime foi abolido em 1994 com a entrada da África do Sul no projeto intitulado “Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS” aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1986, através da Resolução 41/11 que visava não só manter as Regiões libertadas livres das armas nucleares ou de quaisquer outras tensões (ou seja, garantir a paz e estabilidade às regiões recém-libertadas da Guerra Fria na Região do Atlântico Sul), como também as relações das cooperações começavam-se a aproximar cada vez mais entre os primeiros países integrantes da ZOPACAS (Angola, Argentina, Brasil, Cabo-Verde, Congo, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Uruguai) (OLIVEIRA et al, 2016).

ou seja, a África do Sul foi dividida em partes, em que os “7% do território nacional [menos produtivo] foram deixados aos negros, os quais representavam 75% da população (bantustões), e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos, que correspondiam a 10% da população” (PEREIRA, 2008, p. 3). Isso significa dizer que, os negros não podiam, sem poder nenhum, apropriar-se de nada que era útil na sociedade, a não ser que fossem serventes dos brancos nas suas próprias terras.

O negro diante do ranço europeu, desde sempre, no(a)s personagens histórico(a)s, cinematográfico(a)s, fictício(a)s, “tem a função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do *homo occidentalis*, o preto, ou melhor, a cor negra, [pelo conceito] simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome” (FANON, 2008, p. 161). Navegando na mesma piroga, nota-se que o mundo tem sido conscientizado que ser negro é ser pejorativo e é ser inútil em todas as esferas diante do branco. Mesmo no âmbito tecnológico, principalmente no que toca com as energias, o estereótipo vale, pois, não existe o fio preto positivo, só pode ser negativo e o positivo é, exclusivamente, branco.

Ainda Cabral (1978), o contato social era mantido somente nos ambientes escolares entre o pequeno número de filhos dos negros considerados “assimilados” com os dos brancos que representavam mais de 90% dos alunos nas escolas coloniais dentro dos territórios negros. Os principais locais de diversão tais como: bares, restaurantes, cinemas, cafés, etc. eram, exclusivamente, para os brancos. Pois, nenhum negro poderia frequentar um desses locais, caso contrário, deveria estar preparado para enfrentar as mais altas humilhações na vida.

No caso de Angola e Moçambique a segregação racial era ao vivo em muitos locais, como afirma Cabral (1978). Na base da mesma teoria, Munanga (2009) traz a mesma explicação que “as lojas, os cinemas e os restaurantes [eram] reservados aos brancos não [aos negros]” (MUNANGA, 2009, p. 40). Os negros continuavam a ser objetos de inúmeras humilhações e subjugações nas ruas: “insultos, brutalidade, surras, abuso das filhas [negras]” (ibidem, p. 40).

Com isso, lamentavelmente muitos brancos continuam firmemente com as mentes dos séculos da colonização, acreditando e afirmando categoricamente que “o preto sempre [é] um inferior [diante do branco]” (FANON, 2008, p. 176). Devido à essa ideia preconceituosa associada à raça negra, que na obra do holandês Raymond Corbey intitulada “a selvageria e civilização. A imaginação europeia da África (1989)”, reportada pela escritora Mireya Suárez através da obra “desconstrução das categorias mulher e negro (1992)” pode-se ler o lixo escrito por esse racista que faz parte da desgraça africana:

[...] a relação entre africanos negros e macacos era estabelecida de diferentes maneiras: no sentido literal (eles são meio macacos pela sua fisionomia, entre outros motivos), no evolucionário (africanos são uma raça ainda incipiente que está mais perto dos macacos do que a raça branca), no metafórico (eles são, como os macacos, selvagens, agressivos, impudicos

etc.), no metonímico (eles vivem no mesmo ermo) (CORBEY.1989, p. 66 *apud* SUÁREZ. 1992, p. 7).

O filósofo Frantz Fanon (2008), nos traz a imbecilidade dos ditos “civilizados” do seu tempo, baseando nas suas próprias experiências pessoais vividas durante a sua trajetória de Antilhas a França e vice-versa, como também em outras localidades que frequentava, que “o preto é um **animal**, o preto é **ruim**, o preto é **malvado**, o preto é **feio**; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme porque sente frio, o menino [branco] treme porque tem medo do preto, [...] mamãe, **o preto vai me comer** [negrito nosso]” (FANON, 2008, p. 106 e 107).

Além do mais, os eurocêntricos nessa era de expansão e de construção de supremacia branca que pode ser entendida como a invasão escamoteadora em África, os africanos, sobretudo os negros eram vistos como “selvagens”, “incivilizados”, “ferozes”, “sem história”, “retrógrados”, “retardados”, “sem religião”, “sem cultura”, “estúpidos”, “analfabetos”, “a roupa do preto cheira a preto”, “os pés do preto são grandes” (MUDIMBE, 2013; FANON, 2008). Fanon (2008, p. 109), afirma que “essas afirmações eram falsas”, infundadas sem nenhum cabimento.

VII. A exploração da mão-de-obra e más condições de trabalho

Com efeito, os africanos eram submetidos aos trabalhos compulsórios que talvez os portugueses não foram impostos na península Ibérica, pagavam os tributos aos portugueses, sem falar da escravidão. Nativos oprimidos e pagando tributos aos escamoteadores estrangeiros? Foi, rigorosamente, isso que aconteceu. Como se pode observar o seguinte trecho de uma das testemunhas desse ato de escravidão, em dizer que

Na Guiné, em Moçambique e em Angola existe o trabalho forçado para os trabalhos públicos. [...] Todos os anos são alugados 2.500 angolanos para as plantações, sociedades mineiras e empresas de construção. Todos os anos 400.000 moçambicanos são submetidos ao trabalho forçado; entre eles 100.000 homens são exportados para as minas da África do Sul e das Rodésias. Este comércio de trabalho forçado fornece Portugal uma das fontes mais estáveis de divisas estrangeiras, (CABRAL, 1978, p. 62).

No caso de não cumprimento desses estabelecidos, teria a sua penalidade. Essa situação dos serviços compulsórios impostos aos africanos (sobretudo aos angolanos, aos moçambicanos e aos guineenses) piorava cada vez mais. Pois, quanto mais mãos-de-obra tivessem, mais garantias de produções teriam.

Portugal não queria dar liberdade aos nativos, já que tinha clara consciência que através deles seria possível atingir um alargamento industrial, que talvez nunca teria alcançado em toda sua vida. Com base nessa ideia, o ex-inspetor da administração colonial de nome Henrique Galvão jurou que “[...] só os mortos escapam ao trabalho forçado [...]” (CABRAL, 1978, p. 62). Com essa imperatividade que acontecia nessa altura, “[...] alguns ‘patrões’ têm uma taxa de mortalidade de 30% entre os seus trabalhadores e nunca tiveram dificuldade

em obter novos trabalhadores” (Ibidem, p. 63). Esse cativeiro humano verificado na altura destruiu milhões das famílias africanas e tornando-as miseráveis.

Concernente à análise sobre horríveis condições de vida impostas aos africanos, trouxemos a questão sanitária desses humanos oprimidos nessa era, Amílcar Cabral (1978), testemunha dessa terrível situação contextualiza como tudo terá acontecido. “[...] Cabo-Verde que, [...], t[e]m o maior número de médicos, há um médico para dez mil hab. Em Angola, [...] há um hospital para 280.000 hab. um médico para 20.000 hab. uma enfermeira e trinta camas para 10.000 hab” (CABRAL, 1978, p. 63). O mesmo autor explica que Angola tinha “situação [sanitária] melhor que na Guiné [e] em Moçambique” (Ibidem, p. 63).

Ora, se Angola apresentava as melhores condições sanitárias nas quais um médico atende 20.000 pessoas, qual seria a situação sanitária da Guiné e de Moçambique?! Com essa escassez dos profissionais de saúde para atender as demandas sanitárias que existiam devido à má nutrição, agressões físicas e demais fatores que causam ferimentos graves e as doenças. Com isso, a percentagem da taxa de mortalidade chegava aos 30% dos trabalhadores e a de mortalidade infantil rondava entre os 40% a 50% e em algumas regiões de África pode atingir 80% (CABRAL, 1978). As causas de algumas mortes dos africanos eram desconhecidas, embora verificava muita seca e fome em alguns desses territórios que ceifavam algumas vidas. Tudo isso, deve-se à prioridade dos interesses europeus, em particular portugueses, a fim de enriquecer Portugal através da África e os africanos, deixando essas regiões na miséria. Que insolência!

VIII. Direitos Humanos encarcerados

Nessa opressão humana, os nativos não podiam usufruir das razoáveis condições de trabalho que existiam, nem da escolha do horário de trabalho, pois, tinham que trabalhar todos os dias. Identicamente, não podiam ser motoristas e vendedores, sem contando com constantes violações físicas que sofriam. Segundo Cabral (1978), os africanos eram vedados de pensar em criar e de participar em quaisquer organizações políticas, sociais ou sindicais, isso significa dizer que não gozavam, sequer, dos mais elementares direitos humanos.

Ao longo desse massacre humano que iniciou desde século XV e perdurou até no século XX, não existia nenhuma resolução que defendia os direitos das pessoas no mundo, contudo, no século XVIII, na ideia de Emerson Santiago¹⁸, justamente em 1789 foi elaborada, ao longo da Revolução Francesa, a declaração dos direitos do Homem e do cidadão com ideal universal que garantiria a liberdade, igualdade e fraternidade humana acima de quaisquer interesses particulares. Esse documento foi pensado em detrimento de abuso de homem sobre o homem.

Tristemente, com a elaboração dessa declaração, ainda continuava a não existir os direitos humanos para os negros, isto é, os negros “*afri*” não usufruíam

¹⁸ Informação a partir da revista InfoEscola, cujo artigo declaração dos direitos do homem e do cidadão. Disponível em: <https://www.infoescola.com/direito/declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao/>. Acesso no dia 23 de abril de 2019.

de nenhum desses princípios que essa carta “universal” traz. Dado que, o regime *apartheid* iniciou e terminou no século XX, praticamente, quando já existia a tal declaração dos direitos humanos a dois séculos a trás e ainda enrolava a escravatura de África a três continentes, incluindo a Europa, em particular a França que foi a “protagonista” desse ideal. Obviamente, que essa lei humana não foi criada a favor dos negros, seria melhor que não tivesse o “ideal universal”, porquanto, a sua aplicação era parcial. Como disse o jurista brasileiro Dalmo de Abreu Dallari, em um dos seus artigos sobre os direitos humanos, que “[...] aquilo que se dominou enfaticamente liberalismo continha boa dose de hipocrisia, pois os direitos declarados [na carta ‘universal’] eram os dos homens brancos ricos, excluindo grande parte da humanidade” (DALLARI, 2008, p. 9).

Já em 1945, nos finais da II Guerra Mundial, viu-se a necessidade de criar uma macro-organização entre nações para evitar os possíveis conflitos que poderiam acontecer como os da I e II Guerra Mundial que foram grandes desastres mundiais, principalmente na Europa. Para pôr cobro às situações similares, decidiu-se criar as Organizações das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), ou ainda *United Nations* (UN). Na concepção de Faria, o “[...] objetivo principal era garantir a paz no mundo através do bom relacionamento entre os países [...]” (FARIA, 2019) e também visa lutar contra a “desigualdade social no mundo”.

Depois da criação e publicação dessa nova ordem mundial, ainda se verificava uma intensa dominação exploratória dos eurocêntricos em África. Em função de obedecer essa nova ordem que lutava contra desigualdade social, Cabral (1978) afirma que, Portugal, um dos maiores exploradores da África, para não perder as suas fontes das receitas económicas e humanas extraídas dos “seus” territórios cercados em África, decidiu rapidamente mudar a sua constituição substituindo o termo “colônia” por “província ultramarina”, mostrando que já não existiam as “colônias” (estados possuídos fora de um território sob domínio colonial) em África, mas sim eram “províncias ultramarinas” (unificação de Portugal com as colônias como uma única nação, com representação administrativa local), isso, poderia ser simplesmente uma mera camuflagem.

Depois dessa alteração na “carta magna” lusa, fingiam construir algumas infraestruturas administrativas. Enquanto construíam, continuavam a roubar ao povo, isso não passa duma política de barganha. A camuflagem de construção de infraestruturas nos territórios africanos consistia em demonstrar que a nova ordem da ONU foi acatada e que já não existiam as explorações, mas sim era uma única nação, i.e., o mesmo país com a província do outro lado do mar. Logo, no ano seguinte, em 1946, o ganês, um dos grandes líderes africanos Dr. Kwame Nkrumah, escreveu a “declaração aos povos colonizados” no V congresso pan-africano realizado em Manchester, cidade por zona noroeste da Inglaterra. Na mesma ocasião, foi criada a organização da unidade africana (OUA), conhecida agora como União Africana (UA). Essas organizações criadas foram fatores de muita consideração para a descolonização do continente africano (SILVA, 2018).

IX. O Processo da descolonização nos PALOP

Com os fatos mencionados nesse trabalho, tais como: racismo, trabalho forçado, ditadura, miséria entre outros que ocorreram ao longo dos quinhentos anos, dentre os territórios marginalizados, acredita-se que a melhor solução que poderia ser encontrada perante essa selvajaria, seria de aderir a luta armada contra os colonos como forma de expulsá-los dentro do território africano e de garantir a total liberdade a eles e às gerações vindouras, uma vez que os soldados portugueses não aceitavam a retirada por via pacífica. A luta armada seria a melhor e a única forma de expulsá-los. Com isso, começou-se a ser criados os movimentos ou frentes de libertações nacionais.

No caso da Guiné (Guiné-Bissau) e Cabo Verde, os dois países fizeram uma única guerra que ocorreu no território da Guiné, pois, sendo Cabo Verde constituído por arquipélagos, não dispõe das condições continentais favoráveis de fazer a guerra, para libertação dos ambos países através do projeto em comum denominado “unidade e luta” conduzido por Amílcar Lopes Cabral, líder, considerado pai das duas nacionalidades, guineense e caboverdiana, e um dos fundadores do PAIGC¹⁹ em 1956 (M'BUNDE, 2018; CABRAL, 1978).

Depois da criação desse partido, que na época era como um movimento pacificador, Cabral com os seus aliados foram negociar com os soldados portugueses para abandonarem os dois territórios antes do início da guerra, mas não surtiu efeito nenhum, pois, a proposta foi categoricamente reprovada. Os nacionalistas decidiram, então, seguir em frente na busca da liberdade nacional. O líder “*paigcista*” reconhecia a falta de preparação dos seus combatentes, e decidiu estabelecer contatos com alguns países com largas experiências militares, em particular a China que preparava os guerrilheiros e fornecia materiais de guerra aos combatentes de Cabral (M'BUNDE, 2018).

Nesse âmbito de apoio, consta também a Guiné-Conacri (país independente desde 1958) que sediou a base do PAIGC em 1960 e ajudou-o a organizar e definir as estratégias da guerra. A guerra de libertação iniciou no dia 23 de janeiro de 1963 a 24 de setembro de 1973. Esta última coincide com a data de proclamação da independência da Guiné-Bissau, contudo, Portugal só reconheceu a digna conquista da independência dos guineenses a um ano depois (M'BUNDE, 2018, NAMONE, 2014 e CABRAL, 1978). E Cabo Verde só vinha a proclamar a sua independência em 5 de julho de 1975, na ocasião de novo regime do governo português, depois da deposição do regime ditador Salazar em 1974.

Segundo Silva (2018), no caso de Angola, nas décadas de 50 e 60 surgiram vários movimentos de libertação nacional com diversas siglas, que posteriormente alguns acabaram por se unir com outros, dando origem aos novos movimentos, como o caso de MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola, organizado em 1956, fruto da união de PLUA – Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola e o MIA – Movimento para a Independência de Angola. O novo movimento liderado por António Agostinho Neto MPLA, mantinha contato com vários países já independentes na África, nomeadamente: Gana, Mali, Egito, Guiné-Conacri, entre outros. Tal como PAIGC de Cabral. O MPLA de Agostinho Neto, no âmbito intercontinental recebia apoios da China e outros

¹⁹ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

países. O movimento recebia desses países formações técnicas e preparações militares, armamentos, apoios logísticos e financeiros com intuito de puderem conduzir a luta armada.

Em 1962 foi criada FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola, liderado por Holden Roberto, ex-líder de UPA, fruto de junção da UPA – União das Populações de Angola com PDA – Partido Democrata de Angola. E em 1964 nasceu a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola, que foi liderado por Jonas Malheiro Savimbi. Foram os três movimentos (UNITA, MPLA, FNLA) que conduziam a luta armada em Angola com as ocupações regionais diferentes durante oito (8) anos, de 1961 a 1969 e a sua independência foi proclamada por esses três movimentos em 11 de novembro de 1975, nas regiões distintas, MPLA em Luanda (capital), FNLA em Ambriz (nome dum município localizado na província de Bengo) e UNITA na província de Huambo (SILVA, 2018).

Concernente à Moçambique, trouxemos Cabaço (2007). O percurso político e ideológico do movimento FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique deu início desde 1920, mas que só foi criado em 1962 e a partir desse momento foi liderado por Eduardo Chivambo Mondlane, que mais tarde, na decorrência da sua morte em 1969, foi substituído por Samora Moisés Machel. Em 1958 foi enviado um grupo de combatentes à Inglaterra para uma formação técnica. Entre muitos objetivos previstos nessa cooperação, constava estudar as experiências dos soldados britânicos que já tiveram experiências, conseqüentemente, venciam algumas guerras nessa época. No ano seguinte, o outro grupo partiu para a Argélia com o mesmo intuito. Desta vez, para estudar as táticas de guerras francesas. FRELIMO foi o movimento que conduziu a luta para independência de Moçambique durante 10 anos da luta, que iniciou em 1964 a 1974. Porém, a proclamação da independência foi feita um ano depois, no dia 25 de junho de 1975.

E, no caso de São Tomé e Príncipe, em 1960 surgiu o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), doze anos depois foi mudado o nome para MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Depois da revolução de cravos de 25 de abril de 1974 que ocorreu em Lisboa contra o regime liderado por António de Oliveira Salazar que teria durado 41 anos. O seu regime era conhecido de “salazarista/salazarismo”, ou “regime ditador” que finalmente foi derrubado. Portugal, a partir desse momento teve o novo governo que negociou as independências das colônias portuguesas em África. Na base dessa negociação que os dois arquipélagos conseguiram a sua independência que foi proclamada em 12 de julho de 1975. O único movimento assumiu a governação do país, como explicou Jonildo Bacelar²⁰. Dessa maneira, a República de São Tomé e Príncipe pode ser considerada como o único território, dentre os ocupados pela colônia lusa, que foram alvo de todo tipo das explorações durante séculos, a emancipar-se numa forma pacífica.

²⁰ Jonildo Bacelar, escritor do blog do guia geográfico de São Tomé e Príncipe. Informação disponível em: < <http://www.africa-turismo.com/sao-tome-principe/historia.htm>> e acessada no dia 01 de maio de 2019.

X. Considerações finais

Conclui-se que a raça negra é a raça humana que simplesmente apresenta a cor diferente com a branca, além disso, não possui outras características que lhe difere com as outras raças humanas no mundo. “Os cientistas, após muitas reticências, admitiram que o preto era um ser humano; *in vivo e in vitro* o preto tinha-se revelado análogo ao branco; mesma morfologia, mesma histologia [...], ele tem como nós o coração à esquerda” (FANON, 2008, p. 111). Através da nossa pesquisa, identificamos que as classificações pejorativas ao negro foi justamente a presunção da superioridade branca, que foi construída quando chegou na África, para isso, tinha que manter essa utopia de *status* de império através da dominação do homem negro, fazer-lhe desacreditar naquilo que ele possuía, desde cultura, religião, educação, capacidade intelectual, incluindo a sua cor de pele, o que os colonialistas (brancos) tinham, por detrás disso, era roubo e consequente transportação de negros e seus recursos para Europa a seus aliados.

Mantendo-se nos interesses que movem os europeus, consideramos que os principais interesses dos europeus na era, depois de pisarem o solo africano, quando tentavam contornar o continente e seguir para as Índias, eram fazer os seus comércios externos e, posteriormente, as habilidades comerciais viraram e foram aplicadas à exploração. Com efeito, esse comércio veio a não excluir nada, até seres humanos eram comercializados. Segundo Lovejoy (2002), as nações europeias intensificavam-se mais as explorações na África a partir de revolução industrial no século XIX, que foi o auge de toda exploração. Exploravam matérias-primas para a produção industrial, tais como: ferro, cobre, chumbo, algodão, borracha. Além dessa exploração, também capturavam e levavam os africanos a fim de servirem dos engenhos de cana de açúcar nas indústrias e para a plantação, com isso a indústria europeia cresceu bastante. Ainda, os mesmos eram vendidos como escravos às outras elites.

Quanto à inferiorização da raça negra, admite-se que isso tem a ver com a deficiência de reconhecer a diferença entre seres humanos. Isto é, reconhecer e aceitar conviver com o outro. Também, não é menos gênio admitir que a influência de preconceito nos comportamentos indecentes que não contribuía para a harmonia e o respeito da dignidade humana. Apesar de se tratar da linguística, vale trazê-lo para esse debate, escritor brasileiro Marcos Bagno no seu livro intitulado “preconceito linguístico” (2015) fecha a ideia de que “**o preconceito é fruto da ignorância** [negrito nosso]”. Por isso, Stendlhal (s/a), cit. Fanon (2018, p. 71), diz o seguinte: “só sei de uma coisa, que o preto é um homem igual aos outros, um homem como os outros, e que seu coração, que só parece simples aos ignorantes, é tão complexo quanto o do mais complexo dos europeus”.

Sendo assim, é preciso conscientizar as mentes retrógradadas que acham ser superiores aos outros pelas diferenças apresentadas, Bagno (2015) afirma que “**a diferença não é a inferioridade nem a deficiência** [também negrito nosso]”. Essas contribuições de Bagno e de Fanon são importantes para concluir o debate proposto neste pequeno artigo na medida em que a superação de preconceitos pode possibilitar uma maior interação dos seres humanos,

facilitando o convívio estável e coeso. Dessa forma, a humanidade viverá em paz e tranquilidade com menos guerras e violências desnecessárias.

Smart sentences!

“When we read in the Bible where it talks about creation of the earth, when God created the world, it’s said that man was created in the image of God, but it does not tell us whether God was black, White color or indian. So, man was created by God. When I see black man I see image of God, I see White man I see image of God [...] [therefore], blacks and Whites we must be together as one.” (DUBE, Lucky, 2017).

Frases inteligentes!

“Quando lemos na Bíblia onde fala da criação da terra, quando Deus criou o mundo, diz que homem foi feito em semelhança de Deus, mas a Bíblia não nos diz se Deus era negro, branco ou indiano. Assim, homem foi feito por Deus. Quando eu vejo negro eu vejo imagem de Deus, vendo branco eu vejo a imagem de Deus [...] [por isso], negros e brancos devemos nos unir como um [tradução nossa].”

Apreço aos meus queridos pais, Pã lalá e Quenhau Sanhá!

Referências Bibliográficas

ÁFRICA. **Dicionário etimológico**. Disponível em: < encurtador.com.br/bQRS1 >. Acesso em: 02 de março de 2019.

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Apartheid**. Revista InfoEscola. Disponível em <encurtador.com.br/ceMXZ >. Acesso em: 23 de abril de 2019.

BACELAR, Jonildo. **História. Guia geográfico de São Tomé e Príncipe**. Informação disponível em: < encurtador.com.br/abBCN > blog. Acesso em: 01 de maio de 2019.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. - 56ª ed. revista e ampliada – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BEZERRA, Juliana. **África Pré-colonial**. TodaMatéria. disponível em: <encurtador.com.br/dtxBU>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

Dicionário enciclopédico. Disponível em: <www.infopedia.pt>. Acesso em: 01/02/2020

CABAÇO, José de Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação**. Tese (Doutorado) em Antropologia Social. São Paulo, 2007. Disponível em:< encurtador.com.br/ejuBW>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria: unidade e luta I**, In: ANDRADE Mário Pinto de. (orgs.). Lisboa: Seara Nova, 1978.

CAMMILLERI, Salvatore. **A identidade cultural do povo Balanta**. Lisboa: Colibri, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos: sessenta anos de conquistas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, sala 424 70.064-900 Brasília – DF, 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/cdlD3>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Renato da SILVEIRA (tradução). - Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, Caroline. **África**. Revista InfoEscola. Disponível em: <encurtador.com.br/fgILT> Acesso no dia 30 de abril de 2019.

_____. **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Revista InfoEscola. Disponível em: <encurtador.com.br/tyHKX>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

FILHO, Silvio de Almeida Carvalho; NASCIMENTO, Santos Washington. (orgs.) **Intelectuais das Áfricas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

LOVEJOY, E. (Tradução) BHERING, Regina A. R. F. Paul e CHAVES, Luiz Guilherme. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro, 2002.

LUCKY DUBE - LIVE CONCERTS. Richard Siluma. **Youtube**. 23 de julho de 2012. 52min36s. Localizado entre min 23 e 15s aos 23 e 50s [35s de duração]. Disponível em: <encurtador.com.br/irsD7>. Acesso em: 03/02/2020

M'BUNDE, Timóteo Sabá. **As políticas Externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014): cooperação Sul Sul**. Brasil, Rio de Janeiro: Gramma. 2018.

MONGA, Célistin. **Niilismo e negritude: as artes de viver na África**. Tradução (Estela dos Santos Avreu. – Coleção dialética. – São Paulo: Martins Fontes, 2010

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde (Portugal). Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/esvPR>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. – Belo Horizonte: autêntica editora 2009.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. Dissertação (mestrado) em Ciências Sociais**. Brasil: Araraquara-S.P., 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/ekx29 > Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, Ana Camoça Gonçalves de; et al. **Tensões Mundiais**. Revista do Observatório das Nacionalidades, v.11 n. 22. Fortaleza: EdUECE; jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão-GO: UFG, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994)**. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história

da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/uCEJ2>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

SAMPAIO, Madalena. **Cronologia 1415-1961: da conquista de Ceuta ao início da luta armada contra a colonização**. 2013; Deutsche Welle (DW). Disponível em: <encurtador.com.br/cnw58>. Acesso em: 05 de maio de 2019

SANTANA, Miriam Ilza. **Conferência de Berlim**. Revista InfoEscola. Disponível em: <encurtador.com.br/kmE59>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Entre Ser e Estar - raízes, percursos e discursos da identidade**. Porto, Afrontamento, 2002.

SANTOS, Érica Turci dos. **Tráfico de escravos. – Mercadoria humana através o Atlântico**. UOL-melhor conteúdo. Disponível em: <encurtador.com.br/rvwEY>. Acesso em: 24 de abril de 2019.

SIA, Isna Gabriel. **Danças de povo Brasa (Balanta) da Guiné-Bissau na contemporaneidade: Kussunde, Kanta Pó e Broksa**. Brasil: São Francisco de Conde-BA; Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências**. Recife, 2018. NEARI EM REVISTA | V.4 N.5 2018.1 | ISS 2447-2646. Disponível em: <encurtador.com.br/GNTX7>. Acesso em: 01 de maio de 2019.